



A RODA DE CONVERSA COMO INSTRUMENTO PARA A REFLEXÃO SOBRE OS CUIDADOS EM SAÚDE

Douglas Azevedo da Cunha¹; Aleff Silva Aleixo; Viviane Alves dos Santos; Betânia Maria Oliveira de Amorim

Universidade Federal de Campina Grande, ¹douglas95.js@gmail.com

Resumo: A sociedade brasileira tem estado cada vez mais aflita com aumento da violência. Esta situação social pode ser atribuída a processos históricos e estruturais, proporcionada por anos de negligência dos governos. Tal prática ressalta a atuação da Polícia Militar, a principal organização de segurança pública, por lidar diretamente com a maioria dos casos de violência. Levando em consideração esta realidade, bem como o fato dessa categoria ser estereotipada como propagadora de violência legitimada e gratuita, além de ser caracterizada como uma organização corrupta, que abusa do poder que detém, muitas são as queixas de insatisfação e adoecimento. Desse modo, tomando como pressuposto os princípios da Educação Popular em Saúde, buscamos conhecer as demandas apresentadas pela referida categoria e viabilizar um modo de atuação da psicologia junto a este grupo, de forma a proporcionar o fortalecimento de seus vínculos afetivos. O trabalho se configura como um relato de experiência que contém os resultados iniciais de uma pesquisa-intervenção, realizada com policiais militares do 10º Batalhão de Polícia Militar e do Centro Integrado de Operações Policiais (CIOP) da cidade de Campina Grande – PB. Para o alcance dos objetivos foi realizada uma roda de conversa com nove policiais. De acordo com os resultados, os principais aspectos apontados pelos participantes dizem respeito à insatisfação com as condições de trabalho, desvalorização, falta de reconhecimento (interno e externo), constante sensação de ameaça, problemas relacionados às identidades pessoal e profissional, baixos salários e qualidade de vida. A roda de conversa proporcionou um processo de identificação coletiva, com demandas que se referem a aspectos sócio-políticos, que tem relação e influenciam na saúde física, psíquica e emocional dos policiais.

Palavras-chave: Polícia Militar, identidade, sofrimento psíquico, educação em saúde.

Introdução

A sociedade brasileira tem estado cada vez mais aflita com o aumento da violência observada cotidianamente nas ruas e noticiários. Esta situação tem se mostrado de tal forma corriqueira que acaba se tornando banalizada e naturalizada (BONAMIGO, 2008). A este respeito, dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, mostram que, no ano de 2014, houve 59.627 homicídios no Brasil. Este é o maior número de homicídios já assinalado, representando mais de 10% dos assassinatos registrados no mundo, o que torna o Brasil o país com maior número absoluto de homicídios (IPEA, 2016).

Alguns aspectos podem ser considerados ao tentarmos compreender as razões que incitaram o avanço deste quadro social, a saber: consequência de processos históricos e estruturais, como por exemplo, as injustiças sociais, os baixos níveis culturais e de escolaridade da população, e ainda o aumento considerável do desemprego como fatores importantes no aumento da violência (MORAES, *et al.* 2000). Além disso, dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2016), apontam que existe uma correlação do



aumento de homicídios no país e a difusão de armas de fogo, mostrando que mais de 75% do total de homicídios de 2014, foram consumados em decorrência do uso dessas armas. Assim compreende-se que a violência é um ponto de chegada e não de partida, o efeito das associações entre diversos atores e elementos heterogêneos (BONAMIGO, 2008).

O aumento da violência ressalta a atuação dos agentes de segurança pública (policiais militares, civis, entre outros) sendo estes, alguns dos principais atores no cenário social que lidam diretamente com as consequências de um longo tempo de descaso e negligência por parte dos governos cuja omissão permitiu chegar ao estado de calamidade que vemos hoje.

Tratando-se especificamente da Polícia Militar (PM), esta é uma categoria de polícia que é regida por dois princípios essenciais: disciplina e hierarquia. Mantida por uma estrutura burocrática com raízes no século XIX, essa instituição sofreu uma pequena reconfiguração no período da ditadura militar, passando a impedir e coibir violentamente qualquer ideia de contestação social de grupos contrários ao poder vigente. Contudo, embora estejamos em uma conjuntura social diferente daquela do período ditatorial, hoje a PM não tem como prioridade acompanhar ou coibir esses grupos, visto que vivemos em uma realidade onde existe um considerável aumento da violência e da criminalidade (SILVA; VIEIRA, 2008). Nesse sentido, a PM realiza vigilância ostensiva e atua na preservação da ordem pública, sendo de cunho estadual (MINAYO; ASSIS; OLIVEIRA, 2011).

Como aponta Maciel (2009) essa categoria de polícia é constantemente estereotipada como propagadora de violência gratuita e legitimada, e por vezes são estigmatizados como uma categoria a parte da sociedade. Soma-se a isso, conforme apontam Moraes, *et al.* (2000), o fato de que pode ser observado no país uma significativa desconfiança da população com relação aos policiais. Essa insatisfação seria produto de constantes denúncias de corrupção e abuso de poder por parte de alguns integrantes do referido grupo, além do desconhecimento da sociedade civil sobre política interna, cultura organizacional e outras questões relacionadas a essas instituições. Tal ignorância impossibilita que a sociedade perceba a insatisfação dos próprios policiais com diferentes aspectos de seu trabalho, o que vem sendo externado através de greves, como aquela ocorrida em fevereiro de 2017 no Espírito Santo (ES), que durou 21 dias, e também por protestos como os ocorridos nos dias de 09 de fevereiro e 27 de março deste mesmo ano, no Rio Grande do Norte (RN).

Tomando como referência os aspectos mencionados anteriormente, fomos levados a refletir sobre as demandas de cuidado que essa categoria apresenta. Nos interessa em especial, tecer algumas considerações acerca do modo como esse emaranhado de conflitos que



atravessam o cotidiano da PM afetam a saúde física, mental e emocional dos integrantes deste grupo social.

Nesta perspectiva buscamos conhecer as demandas apresentadas pelos policiais militares do 10º Batalhão de Polícia Militar (10º BPM) e do Centro Integrado de Operações Policiais (CIOP) da cidade de Campina Grande - PB com o intuito de compreender como a psicologia pode vir a atuar junto a esta categoria, de forma a possibilitar espaços de fala e escuta proporcionando um fortalecimento dos vínculos afetivos entre os partícipes desta categoria profissional.

Esta tarefa, desde o início, desafiadora e instigante, se revelou bastante pertinente e significativa, entre outros, por promover a inserção da psicologia em um espaço atípico de atuação, assim como possibilitou aos policiais envolvidos um momento de reflexão e compartilhamento daquilo que os aflige, permitindo a construção de um conhecimento e de uma prática sobre os seus cuidados em saúde. Orientamo-nos por uma compreensão de saúde que vai além da dicotomia mente-corpo postulada por Descartes, ou de um estado de completo bem-estar físico, mental e social, tal como preconizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). A saúde como aponta Sawaia (1995) é uma questão que para além de biológica e psicológica, é também sócio-histórica, e que para ser compreendida se faz necessário que seja refletida a maneira como o indivíduo se relaciona consigo mesmo e com o mundo social a que pertence. Além dessa compreensão de saúde nossas reflexões foram orientadas pelos pressupostos da Educação Popular em Saúde. Este é um campo de saber-fazer heterogêneo que visa, a partir de uma relação dialógica, municiar os sujeitos para que estes ajam sobre o meio em que estão inseridos (caso queiram), implicando-os no processo de mudança de fatores pessoais, sociais, econômicos ou ambientais que incidem sobre a sua saúde (FEIO; OLIVEIRA, 2015).

Metodologia

Trata-se de um relato de experiência que apresenta os resultados iniciais de uma pesquisa-intervenção, realizada com policiais militares do 10º Batalhão de Polícia Militar e do CIOP, ambos localizados na Rua Janúncio Ferreira, nº 800 – centro, da cidade de Campina Grande – PB. Neste primeiro momento da pesquisa, buscamos conhecer quais as demandas apresentadas por estes policiais, a fim de promover reflexões e debates em torno da relação entre a profissão de policial militar e os cuidados em saúde. Para tanto, foi realizada uma roda de conversa com 9 policiais (3 integrantes do CIOP e 6 do 10º Batalhão da PM), sendo estes 4



do sexo feminino e 5 do sexo masculino. É importante ressaltar que a roda de conversa foi mediada por dois integrantes do grupo, e foi orientada por algumas questões iniciais¹.

A roda de conversa foi adotada como metodologia para este encontro, por ser uma técnica bastante utilizada nos processos de intervenção comunitária, e consistir em um método que preconiza a participação coletiva de debates acerca de uma temática, permitindo assim a criação de espaços de diálogo, nos quais os sujeitos podem se expressar e, sobretudo, escutar os outros e a si mesmos. Tendo como principal objetivo motivar a construção da autonomia dos sujeitos por meio da problematização, da socialização de saberes e da reflexão voltada para a ação. Envolve, portanto, um conjunto de trocas de experiências, conversas, discussão e divulgação de conhecimentos entre os envolvidos nesta metodologia (NASCIMENTO; SILVA, 2009).

Acreditamos que a metodologia escolhida está de acordo com o que é postulado pela Educação Popular em Saúde, tendo em vista que parte do conhecimento popular e considera as experiências das pessoas em seu sofrimento e em suas lutas pela saúde, características preconizadas por este enfoque, tal como aponta Stotz (1993).

Resultados e discussão

Roda de conversa: A construção de um processo de identificação coletiva

O encontro com o grupo escolhido se constituiu como um momento de escuta e construção de demandas em comum. Cada participante dispôs de tempo e vez para apresentação, intervenção e resposta às questões colocadas pelos facilitadores e/ou colegas. Os aspectos mais ressaltados pelos participantes – que majoritariamente possuíam baixos níveis de patente, sendo popularmente conhecidos como praças – dizem respeito à insatisfação com as condições de trabalho, desvalorização, falta de reconhecimento (interno e externo), constante sensação de ameaça, baixos salários e qualidade de vida, o que entra em consonância com o apontado por Minayo e Adorno (2013).

Ao falarem sobre o que os conduziu à carreira policial, grande parte do grupo apontou a atração pelo salário e a estabilidade como principais elementos motivadores. O enigma reside na questão salarial, pois, embora que se trate de um montante que destoa do salário

¹ Que momentos ou pessoas importantes o levaram para onde você está agora? Quais os marcos da sua trajetória enquanto policial? Como é a relação estabelecida com a comunidade? Como vocês acreditam que a comunidade os enxerga? Quais são os pontos negativos e positivos da sua profissão?



mínimo, o soldo² inicial na polícia militar da Paraíba, em 2015, de acordo com a ANERMB (Associação Nacional de Entidades Representativas de Policiais Militares e Bombeiros Militares), é o segundo menor do país (R\$ 2.548,16), algo que abre margem para insatisfações.

A falta de reconhecimento interno e externo atravessou os discursos com bastante frequência. Observamos também que em suas falas há diversas menções a momentos de desconforto em locais públicos e à carga negativa de preconceito que a farda desperta. Algo digno de menção é o argumento de um policial que atribui à polícia militar o dever de lidar com os resultados do que não funciona devidamente na sociedade, a estar na linha de frente e receber ataques que deveriam ser direcionados a outros setores do estado, responsáveis pela educação, assistência social e saúde, atividades estatais que, se realizadas a contento, evitariam em abundância os casos com os quais a polícia deve se relacionar. Para Azambuja (2008), é função do estado, como representação jurídica de uma nação, garantir o bem comum e desenvolvimento dos seus filhos. Quando esta obrigação não é realizada, acarreta consequências negativas que, para sua resolução, o estado, quando necessário, lança mão de mais um dos seus direitos naturais: o monopólio da violência legítima, sendo sua ferramenta de execução a polícia (AZAMBUJA, 2008). Portanto, por ser uma entidade imaterial, algo que não podemos representar por meio de desenhos ou imagens mentais, o estado se faz visível às pessoas através de seus órgãos/instituições; e a polícia sendo um desses órgãos – é aquele que diversas vezes se apresenta, em situações de exclusão social e violação de direitos – pelos quais o estado se toma forma para os seus cidadãos, muitas vezes em situações pouco fortuitas e de alto risco, o que atrai para si toda a carga de preconceitos e tensões geradas pelo mau funcionamento de outras instâncias e talvez do próprio organismo estatal (AZAMBUJA, 2008).

Outra característica marcante é a simbiose entre identidades: uma vez parte da instituição, há uma confusão intensa entre identidade pessoal e profissional, manifestando-se em comportamentos de vigilância e sentinela em ambientes externos à corporação e em horários fora do trabalho; e através do olhar do outro, que, prioritariamente, passa a enxergar o sujeito como policial. O ser PM agora é o elemento fundamental da identidade social virtual da pessoa, atraindo para si toda a carga de rótulos e preconceitos que tal figura agrega.

² Remuneração atribuída a categorias militares. A raiz da palavra reside no império romano, onde surgiram os primeiros soldados profissionais remunerados.



Ademais, tal identidade parece expelir materiais contagiosos que colocam sob sua responsabilidade – esta é a impressão que a população externa possui e concebe, de acordo com os relatos ouvidos – as condutas de familiares e próximos. Esta compreensão é congruente com a teoria da constituição da identidade de Goffman (2013). Segundo este autor, adotamos papéis diferentes na vida cotidiana de acordo com o contexto transitório no qual estamos inseridos. Contudo, ainda segundo o referido autor, tais papéis circundam um outro que estrutura a formação e execução de todos os outros (o que o autor chama de papel sigma), que na vida adulta consiste na atividade profissional que exercemos. Este processo, conforme identificamos, ocorre em um grau elevado no caso dos policiais, tornando necessários momentos de reforço de outros papéis (pai, mãe, filho (a), irmão (a), amigo (a), etc.).

A partir do exposto pelos policiais percebe-se que há entre os mesmos, e foi potencializado pelo momento da roda de conversa, um processo de identificação coletiva, que segundo Prado (2002) se configura como um processo de fortalecimento do “nós”, o que diz algo sobre o sentimento de pertença de grupo, e das crenças compartilhadas por eles. A partir do fortalecimento desse “nós”, há também a demarcação de fronteiras entre grupos sociais (nós x eles) (PRADO, 2002), o “eles” se apresenta na fala dos policiais majoritariamente como o estado, através da exposição da insatisfação com as condições de trabalho oferecidas, e outras vezes como a própria sociedade civil, que segundo eles não reconhecem a importância dos serviços que prestam a sociedade, e não os reconhecem enquanto sujeitos.

As demandas apresentadas pelos policiais na Roda de Conversa se constituem como sócio-políticas, mas que não deixam de ter relação e impacto na saúde desses sujeitos. Reiterando o que foi mencionado no início deste trabalho, não concebemos a saúde a partir do binômio saúde-doença. Compreendemos que o exposto pelos policiais, afeta diretamente a qualidade dos laços que estabelecem, bem como a sua saúde psíquica e emocional, caracterizando assim um sofrimento psicossocial. É aqui que compreendemos a importância da atuação da psicologia neste contexto, cabendo ao psicólogo identificar as diferentes manifestações deste padecimento.

Neste sentido, a psicologia se apresenta como um campo teórico e prático no enfrentamento das problemáticas relacionadas tanto às demandas sócio-políticas, quanto às relacionadas à saúde. No que se refere às problemáticas sócio-políticas, o psicólogo pode atuar como um agente social, como um intermediário entre os policiais militares e a



sociedade civil, buscando disseminar entre os civis as demandas apresentadas pelos policiais, procurando mudar a relação de desvalorização, de não reconhecimento e desconfiança existente por parte da sociedade civil para com a polícia militar. Mais especificamente o psicólogo, a partir dos métodos que utiliza, pode atuar com o objetivo de mobilizar o grupo em torno de uma mesma causa, de uma mesma demanda, buscando a mudança da realidade pelos próprios sujeitos, isso pode ocorrer através da emergência de identidades políticas por parte dos sujeitos, tal como aponta Prado (2002), acarretando assim protestos, greves, como se viu recentemente no Espírito Santo. Quanto às demandas relacionadas à saúde, considerando-se a educação popular em saúde, o psicólogo pode exercer a função de facilitador, promovendo o compartilhamento, entre o grupo de trabalho, dos diferentes métodos de lidar com o sofrimento. Tal técnica, denominada Terapia Comunitária, foi desenvolvida por Adalberto Barreto, docente da Universidade Federal do Ceará, e se constitui como espaço de acolhimento, objetivando partilhar sofrimentos e sabedoria de vida, ocorrendo de maneira circular e horizontal (ROCHA *et al.*, 2009).

Conclusões

Por fim, gostaríamos de salientar a influência que aspectos apresentados pelos policiais exercem sobre a saúde dessas pessoas. Por lidarem cotidianamente com situações de estresse, conflitos, tensões, pressão, por serem diariamente desvalorizados, não reconhecidos em sua profissão, estes aspectos contribuem para o surgimento ou agravamento de determinados problemas relacionados à saúde, tais como: alcoolismo, depressão, síndrome de burnout, sobrepeso e obesidade, problemas apresentados por Minayo, Assis e Oliveira (2011) e identificados na pesquisa-intervenção realizada.

Por ser uma categoria que está mais sujeita a risco de adoecimento, pelos diversos aspectos apresentados anteriormente, se faz necessário um acompanhamento psicológico contínuo, demanda apresentada pelos policiais na roda de conversa, uma vez que a corporação não oferece esse tipo de serviço. Este fato fica evidente na fala dos policiais, quando um deles pediu a implantação de um campo de estágio de psicologia no batalhão de polícia militar, para atendimento psicológico intensivo e continuado.

Apesar de ter sido uma intervenção pontual, acreditamos que a ação realizada foi de grande importância, pois como os próprios participantes avaliaram, o momento de discussão e escuta foi fundamental, e eles não esquecerão do passo dado na direção da construção desse vínculo. Para o grupo, o conhecimento e o crescimento, que esta atividade proporcionou não



podem ser mensurados, como uma atividade potencialmente dialógica todos os envolvidos construíram e saíram potencialmente transformados. Nossa esperança é que este trabalho sirva de pontapé para outras discussões envolvendo os atores e/ou temas que possam surgir.

Referências:

AZAMBUJA, D. **Introdução à Ciência Política**. São Paulo: Globo, 2008.

BONAMIGO, I. S. Violências e processos contemporâneos de subjetivação. In: BONAMIGO, I. S.; TONDIN, C. F.; BRUXEL, K. **As práticas da psicologia social com(o) movimento de resistência e criação**. Porto Alegre: Abrapso Sul – RS, 2008, cap. 16, p. 195 - 206.

IPEA. **Atlas da violência 2016**. Brasília, mar. 2016.

FEIO, A.; OLIVEIRA, C. C. Confluências e divergências conceituais em educação em saúde. **Saúde Soc.** São Paulo, v.24, n.2, p.703-715. 2015.

GOFFMAN, E. **A representação do Eu na vida cotidiana**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

MACIEL, W. C. Representações sociais da violência e da identidade policiais militares por seus agentes. **Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p.85-103, dez. 2009.

MINAYO, M. C. S., & ADORNO, S. Risco e (in)segurança na missão policial. **Ciência & Saúde Coletiva**, 18(3), p. 585-593, 2013.

MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; OLIVEIRA, R. V. C. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). **Ciência & Saúde Coletiva**, 16(4), p. 2199-2209, 2011.

MORAES, L. F. R.; PEREIRA, L. Z.; LOPES, H. E. G.; ROCHA, D. B.; FERREIRA, S. A. A.; PORTES, P. C. P. **Estresse e qualidade de vida no trabalho na polícia militar do estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos Avançados em Comportamento Organizacional/Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração/ Universidade Federal de Minas Gerais; 2000.

NASCIMENTO, M. A. G.; SILVA, C. N. M. Rodas de conversa e oficinas temáticas: experiências metodológicas de ensino-aprendizagem em geografia. **10º Encontro Nacional de Prática e Ensino em Geografia – ENPEG**. Porto Alegre. 2009.

PRADO, M. A. M. Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. **Psicologia em revista**. Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 59-71, jun. 2002.

ROCHA, I. A.; BRAGA, L. A. V.; TAVARES, L. M.; ANDRADE, F. B.; FILHA, M. O. F.; DIAS, M. D.; SILVA, A. O. A terapia comunitária como um novo A terapia comunitária como um novo instrumento de cuidado para saúde mental do idoso instrumento de cuidado



para saúde mental do idoso. **Rev Bras Enferm**, Brasília, 2009; 62(5): 687-694.

SAWAIA, B. B. Dimensão ético-afetiva do adoecer da classe trabalhadora. In: Lane S. T. M. e SAWAIA, B. B. (orgs). **Novas veredas da psicologia social**. São Paulo: EDUC/Brasiliense, 1995.

STOTZ, E. N. Enfoques sobre educação e saúde. In: VALLA, Victor Vincent. **Participação popular, educação e saúde: teoria e prática** (Org.). Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 12-2





II CONBRACIS
II Congresso Brasileiro de Ciências da Saúde

